



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2025, DE 30 DE JULHO DE 2025.**

Altera o anexo I da Lei Complementar nº 016/2017, de 21 de julho de 2017, dispondo sobre remuneração de cargos em comissão e função de confiança da estrutura administrativa da Autarquia de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano do Município de Quixeramobim – AMTQ, revoga a Lei Complementar nº 026/2017, de 22 de novembro de 2017, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**, faço saber que a Câmara Municipal de Quixeramobim decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Esta Lei altera o anexo I da Lei Complementar nº 016/2017, de 21 de julho de 2017, que dispõe sobre remuneração de cargos em comissão e função de confiança da estrutura administrativa da Autarquia de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano do Município de Quixeramobim – AMTQ, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Anexo I, da Lei Complementar nº016/2017, de 21 de julho de 2017.**

CARGO	SÍMBOLO	QUANT.	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO	REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL TOTAL
PRESIDENTE	*	1	*	*	
Membros da JARI	DAS-3	3	R\$ 200,00	R\$ 1.800,00	R\$ 2.000,00
Procurador	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Ouvidor	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Diretor Administrativo e Financeiro	DAS-1	1	R\$ 350,00	R\$ 3.150,00	R\$ 3.500,00
Agente de Operação de Sistema de Trânsito	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Agente de Planejamento	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Diretor de Contratação	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Diretor de Fiscalização Contratual	DAS-2	2	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Gerente do Terminal de Passageiros	DAS-4	1	R\$ 180,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.800,00
Diretor de Operação e Fiscalização	DAS-1	1	R\$ 350,00	R\$ 3.150,00	R\$ 3.500,00
Gerente Operacional de Trânsito	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Chefe da Seção de Veículos Apreendidos	DAS-4	1	R\$ 180,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.800,00
Supervisor Operacional de Sistema de Trânsito	DAS-5	1	R\$ 160,00	R\$ 1.440,00	R\$ 1.600,00

\* Subsídio estabelecido por Lei específica.

**Art. 2º.** A Lei Complementar nº 016/2017, de 21 de julho de 2017, passa a vigorar acrescida do seguinte anexo II:

**Anexo II, da Lei Complementar nº 016/2017, de 21 de julho de 2017 – Atribuições**

<b>CARGO</b>	<b>ATRIBUIÇÕES</b>
Membro da JARI	Atribuições descritas no art. 10 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Procurador	Atribuições descritas no art. 13 e art. 25 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Ouvidor	Receber, examinar e encaminhar às unidades competentes as manifestações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios relativos à atuação da Autarquia Municipal de Trânsito; Promover o adequado tratamento das manifestações dos cidadãos, zelando pela transparência, celeridade, ética e respeito aos princípios da administração pública; Atuar como canal de interlocução entre a sociedade e a Autarquia, com vistas ao aprimoramento da prestação dos serviços públicos de trânsito;
Diretor Administrativo e Financeiro	Atribuições descritas no art. 14 e art. 26 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Agente de Operação de Sistema de Trânsito	Atribuições descritas no art. 15 e art. 27 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Agente de Planejamento	Responsável pela gestão e coordenação do planejamento das





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

	contratações, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, bem como a condução dos processos de contratação de forma ética, transparente e eficiente.
Diretor de Contratação	<p>I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização contratual;</p> <p>II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;</p> <p>III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e indicar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;</p> <p>IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;</p> <p>V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos;</p> <p>VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;</p> <p>VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;</p> <p>VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;</p> <p>IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e</p> <p>X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de</p>



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

	sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.
Diretor de Fiscalização Contratual	<p>I- solicitar a autuação dos processos de fiscalização imediatamente ao recebimento do contrato e anexos em, no máximo, três dias úteis após a assinatura;</p> <p>II - conhecer os termos do processo de contratação e as condições do contrato, em especial os prazos, os cronogramas, as obrigações das partes, os casos de rescisão, a existência de cláusula de modificação do preço, se for o caso, e as hipóteses de aditamento;</p> <p>III - acompanhar e fiscalizar a execução da obra, do serviço ou do fornecimento de bens, em estrita observância ao edital e ao contrato;</p> <p>IV - juntar documentos, registrar telefonemas, fazer anotações, redigir atas de reunião, anexar correspondências, inclusive as eletrônicas, e quaisquer documentos relativos à execução do contrato, no processo de fiscalização;</p> <p>V - registrar, todas as ocorrências durante a execução do contrato, notificando o contratado, por escrito, a sanar os problemas em prazo hábil, a ser estipulado de acordo com o caso concreto;</p> <p>VI - fazer cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação das sanções, na forma do edital e do contrato, no caso de inadimplência, garantindo ao contratado o direito de defesa;</p> <p>VII - solicitar à autoridade superior a contratação de terceiro para auxiliá-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto da fiscalização, caso necessário;</p> <p>VIII - conferir a conclusão das etapas e o cumprimento das condições de pagamento;</p> <p>IX - dar recebimento provisório das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado;</p> <p>X - dar recebimento definitivo das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado, se houver previsão expressa na portaria de designação; e</p> <p>XI - executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.</p>
Gerente do Terminal de Passageiros	<p>I – Gerenciar o funcionamento e a manutenção das instalações físicas do Terminal de Passageiros;</p> <p>II – Organizar e fiscalizar o fluxo de veículos e passageiros nas dependências do terminal;</p> <p>III – Coordenar os serviços de limpeza, segurança, atendimento</p>





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

	ao público e demais serviços auxiliares; IV – Estabelecer comunicação com empresas permissionárias para otimização dos serviços prestados; V – Zelar pela ordem, segurança e bem-estar dos usuários do terminal.
Diretor de Operação e Fiscalização	Atribuições descritas no art. 27 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Gerente Operacional de Trânsito	I – Coordenar e supervisionar a execução das operações de fiscalização e controle de trânsito; II – Gerir equipes operacionais e definir estratégias para ordenamento do tráfego urbano; III – Atuar em conjunto com demais órgãos na implementação de políticas de mobilidade urbana; IV – Planejar ações educativas, preventivas e repressivas no trânsito; V – Consolidar dados e estatísticas de ocorrências e intervenções operacionais.
Chefe da Seção de Veículos Apreendidos	Atribuições descritas no art. 23 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Supervisor Operacional de Sistema de Trânsito	I – Supervisionar a funcionalidade dos sistemas eletrônicos de controle de tráfego, sinalização e fiscalização automática; II – Coordenar manutenções e atualizações nos equipamentos e softwares de gerenciamento de trânsito; III – Atuar na integração entre o sistema de trânsito e os bancos de dados da Autarquia; IV – Elaborar relatórios técnicos sobre falhas, intervenções e desempenho dos sistemas; V – Prestar suporte à Gerência Operacional e aos agentes quanto ao uso dos sistemas e ferramentas tecnológicas.

**Art. 3º.** Fica revogada a Lei Complementar nº 026/2017, de 22 de novembro de 2017.

**Art. 4º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 30 de julho de 2025.

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
**Prefeito Municipal**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO PGM N° 044/2025**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**, no uso de suas atribuições legais, da competência que lhe confere o artigo 87 da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, da Lei Complementar nº 123/2025, de 30 de julho de 2025.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 30 de julho de 2025.

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
*Prefeito Municipal*



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certifico para os fins que se fizerem necessários que a Lei Complementar nº 123/2025, de 30 julho de 2025, foi devidamente publicada por meio de afixação na sede desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim e do Edital de Publicação PGM nº 044/2025. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 30 de julho de 2025.

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
*Prefeito Municipal*





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**MENSAGEM Nº 021/2025, DE 10 DE JUNHO 2025.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Quixeramobim,

No uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município de Quixeramobim, estou encaminhando a essa Augusta Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei para discussão e aprovação, que altera a estrutura administrativa da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano de Quixeramobim – AMTQ.

A reestruturação proposta é essencial para adequar a estrutura administrativa desta Autarquia às demandas crescentes da população e aos desafios contemporâneos da gestão municipal, garantindo uma prestação de serviços públicos de forma mais célere, eficiente e qualificada. Ademais, busca-se otimizar a alocação de recursos públicos, promovendo maior racionalidade e controle nos gastos municipais, sempre com vistas ao interesse público.

O projeto prevê a criação de cargos, de forma a evitar sobreposição de funções e a assegurar maior integração e cooperação entre as diferentes áreas da administração. As alterações propostas foram realizadas, levando em consideração as peculiaridades e necessidades constatadas durante os últimos anos de gestão.

De acordo com cálculo de impacto financeiro que acompanha o presente projeto, a administração adota tais medidas atendendo ao princípio da eficiência e economicidade, contemplando ainda o princípio da legalidade, posto que atende a toda legislação que regulamenta as despesas da administração pública, satisfazendo em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sendo certo, que a reestruturação administrativa é de singular importância para a melhoria na condução dos serviços públicos, resta demonstrada a necessidade de celeridade na implementação das medidas apresentadas, solicitando, portanto, tramitação em regime de **urgência simples**.

Certo de contar com a atenção indispensável de Vossas Excelências, antecipo meus sinceros agradecimentos.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, 10 de junho de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA  
Prefeito Municipal

*Realizado em 11/07/25  
ms*





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025.**

Altera o anexo I da Lei Complementar nº 016/2017, de 21 de julho de 2017, dispondo sobre remuneração de cargos em comissão e função de confiança da estrutura administrativa da Autarquia de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano do Município de Quixeramobim – AMTQ, revoga a Lei Complementar nº 026/2017, de 22 de novembro de 2017, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**, faço saber que a Câmara Municipal de Quixeramobim decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Esta Lei altera o anexo I da Lei Complementar nº 016/2017, de 21 de julho de 2017, que dispõe sobre remuneração de cargos em comissão e função de confiança da estrutura administrativa da Autarquia de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano do Município de Quixeramobim – AMTQ, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Anexo I, da Lei Complementar nº 016/2017, de 21 de julho de 2017.**

CARGO	SÍMBOLO	QUANT.	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO	REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL TOTAL
PRESIDENTE	*	1	*	*	
Membros da JARI	DAS-3	3	R\$ 200,00	R\$ 1.800,00	R\$ 2.000,00
Procurador	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Ouvidor	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Diretor Administrativo e Financeiro	DAS-1	1	R\$ 350,00	R\$ 3.150,00	R\$ 3.500,00
Agente de Operação de Sistema de Trânsito	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Agente de Planejamento	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Diretor de Contratação	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Diretor de Fiscalização Contratual	DAS-2	2	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Gerente do Terminal de Passageiros	DAS-4	1	R\$ 180,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.800,00
Diretor de Operação e Fiscalização	DAS-1	1	R\$ 350,00	R\$ 3.150,00	R\$ 3.500,00



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Gerente Operacional de Trânsito	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00
Chefe da Seção de Veículos Apreendidos	DAS-4	1	R\$ 180,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.800,00
Supervisor Operacional de Sistema de Trânsito	DAS-5	1	R\$ 160,00	R\$ 1.440,00	R\$ 1.600,00

\* Subsídio estabelecido por Lei específica.

**Art. 2º.** A Lei Complementar nº 016/2017, de 21 de julho de 2017, passa a vigorar acrescida do seguinte anexo II:

**Anexo II, da Lei Complementar nº 016/2017, de 21 de julho de 2017 – Atribuições**

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Membro da JARI	Atribuições descritas no art. 10 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Procurador	Atribuições descritas no art. 13 e art. 25 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Ouvidor	Receber, examinar e encaminhar às unidades competentes as manifestações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios relativos à atuação da Autarquia Municipal de Trânsito; Promover o adequado tratamento das manifestações dos cidadãos, zelando pela transparência, celeridade, ética e respeito aos princípios da administração pública; Atuar como canal de interlocução entre a sociedade e a Autarquia, com vistas ao aprimoramento da prestação dos serviços públicos de trânsito;
Diretor Administrativo e Financeiro	Atribuições descritas no art. 14 e art. 26 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Agente de Operação de Sistema de Trânsito	Atribuições descritas no art. 15 e art. 27 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Agente de Planejamento	Responsável pela gestão e coordenação do planejamento das contratações, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, bem como a condução dos processos de contratação de forma ética, transparente e eficiente.
Diretor de Contratação	I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização contratual; II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência; III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e indicar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa; IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração; V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos; VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

	<p>art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;</p> <p>VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;</p> <p>VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;</p> <p>IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e</p> <p>X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.</p>
Diretor de Fiscalização Contratual	<p>I - solicitar a autuação dos processos de fiscalização imediatamente ao recebimento do contrato e anexos em, no máximo, três dias úteis após a assinatura;</p> <p>II - conhecer os termos do processo de contratação e as condições do contrato, em especial os prazos, os cronogramas, as obrigações das partes, os casos de rescisão, a existência de cláusula de modificação do preço, se for o caso, e as hipóteses de aditamento;</p> <p>III - acompanhar e fiscalizar a execução da obra, do serviço ou do fornecimento de bens, em estrita observância ao edital e ao contrato;</p> <p>IV - juntar documentos, registrar telefonemas, fazer anotações, redigir atas de reunião, anexar correspondências, inclusive as eletrônicas, e quaisquer documentos relativos à execução do contrato, no processo de fiscalização;</p> <p>V - registrar, todas as ocorrências durante a execução do contrato, notificando o contratado, por escrito, a sanar os problemas em prazo hábil, a ser estipulado de acordo com o caso concreto;</p> <p>VI - fazer cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação das sanções, na forma do edital e do contrato, no caso de inadimplência, garantindo ao contratado o direito de defesa;</p> <p>VII - solicitar à autoridade superior a contratação de terceiro para auxiliá-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto da fiscalização, caso necessário;</p> <p>VIII - conferir a conclusão das etapas e o cumprimento das condições de pagamento;</p> <p>IX - dar recebimento provisório das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado;</p> <p>X - dar recebimento definitivo das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado, se houver previsão expressa na portaria de designação; e</p> <p>XI - executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.</p>
Gerente do Terminal de Passageiros	<p>I - Gerenciar o funcionamento e a manutenção das instalações físicas do Terminal de Passageiros;</p> <p>II - Organizar e fiscalizar o fluxo de veículos e passageiros nas dependências do terminal;</p> <p>III - Coordenar os serviços de limpeza, segurança, atendimento ao público e demais serviços auxiliares;</p> <p>IV - Estabelecer comunicação com empresas permissionárias para otimização</p>





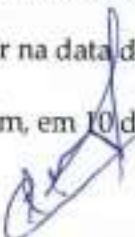
ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

	dos serviços prestados; V – Zelar pela ordem, segurança e bem-estar dos usuários do terminal.
Diretor de Operação e Fiscalização	Atribuições descritas no art. 27 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Gerente Operacional de Trânsito	I – Coordenar e supervisionar a execução das operações de fiscalização e controle de trânsito; II – Gerir equipes operacionais e definir estratégias para ordenamento do tráfego urbano; III – Atuar em conjunto com demais órgãos na implementação de políticas de mobilidade urbana; IV – Planejar ações educativas, preventivas e repressivas no trânsito; V – Consolidar dados e estatísticas de ocorrências e intervenções operacionais.
Chefe da Seção de Veículos Apreendidos	Atribuições descritas no art. 23 e seguintes da Lei nº 1967/2005.
Supervisor Operacional de Sistema de Trânsito	I – Supervisionar a funcionalidade dos sistemas eletrônicos de controle de tráfego, sinalização e fiscalização automática; II – Coordenar manutenções e atualizações nos equipamentos e softwares de gerenciamento de trânsito; III – Atuar na integração entre o sistema de trânsito e os bancos de dados da Autarquia; IV – Elaborar relatórios técnicos sobre falhas, intervenções e desempenho dos sistemas; V – Prestar suporte à Gerência Operacional e aos agentes quanto ao uso dos sistemas e ferramentas tecnológicas.

Art. 3º. Fica revogada a Lei Complementar nº 026/2017, de 22 de novembro de 2017.

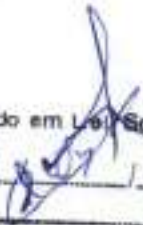
Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 10 de junho de 2025.

  
CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA  
Prefeito Municipal

Registrado e Transformado em Lei Sob o No.

Comp. 123 de 30, 10/06/2025

  
Cirilo Antonio Pimenta Lima  
Prefeito Municipal



## RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO N° 007/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

### INTRODUÇÃO

O objeto deste relatório consiste na avaliação detalhada dos impactos orçamentários, financeiros e contábeis resultantes da reestruturação administrativa, conforme Projeto de Lei Complementar N° 007/2025, de 10 de Junho de 2025, que tem como objetivo a reestruturação administrativa da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano de Quixeramobim - AMTQ.

Referida proposta visa a extinção de 19 cargos em comissão (Anexo II) e a criação de 17 novos cargos (Anexo I). O dos cargos extintos somam R\$ 73.966,67 (setenta e três mil novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), enquanto os cargos criados resultaram em um valor total de R\$ 89.133,33 (oitenta e nove mil cento e trinta e três reais e trinta e três centavos).

A proposta visa garantir maior eficiência na gestão pública, otimizando a estrutura organizacional e assegurando um melhor equilíbrio entre a necessidade de pessoal e a responsabilidade fiscal do ente municipal.

### FINALIDADE

Este relatório tem por finalidade avaliar a viabilidade fiscal da reestruturação administrativa da AMTQ, considerando as implicações nas despesas com pessoal, a compensação entre o aumento e a redução da remuneração dos cargos comissionados, bem como a conformidade da medida com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O estudo dará ênfase aos limites de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) municipal, de forma a garantir a sustentabilidade orçamentária e a observância dos dispositivos legais vigentes, contrabalanceando esse impacto por meio da racionalização dos cargos, promovendo um modelo de gestão mais eficiente e financeiramente responsável.





## JUSTIFICATIVA

A necessidade da reestruturação administrativa da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano de Quixeramobim - AMTQ decorre da obrigatoriedade de adequação da máquina pública à realidade fiscal do município, promovendo a otimização dos recursos humanos e financeiros, sem comprometer a eficiência na prestação de serviços à população.

Tal iniciativa está alinhada à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que impõe limites rigorosos para os gastos com pessoal e exige planejamento estratégico para evitar riscos de endividamento e desequilíbrio orçamentário.

Ademais, o artigo 37 da Constituição Federal preconiza que a administração pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais orientam a adoção de medidas que tornem a gestão mais racional e eficaz. Dessa forma, a reestruturação administrativa se fundamenta na busca pela maximização da eficiência, aliada à necessidade de controle.

A proposta também se justifica pela necessidade de adequação da estrutura organizacional da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano de Quixeramobim - AMTQ às demandas atuais, eliminando cargos desnecessários e criando novas funções mais condizentes à necessidade real dos serviços prestados pela entidade ao seu público-alvo.

Essa reorganização permitirá um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, reduzindo custos excessivos e garantindo maior eficiência na execução das políticas públicas.

Portanto, a reestruturação administrativa não só atende às exigências legais, como também promove uma gestão mais moderna e eficiente, em consonância com os princípios constitucionais e fiscais que regem a administração pública.

Desta feita, o impacto financeiro do projeto de lei, que propõe uma reforma na estrutura administrativa da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano de Quixeramobim - AMTQ foi rigorosamente analisado para assegurar que não ultrapasse os limites de gastos com pessoal frente à receita corrente líquida (RCL) do município, conforme preconizado pela LRF.

O incremento mensal de R\$ 89.133,33 (oitenta e nove mil cento e trinta e três reais e trinta e três centavos) com pessoal proposta pelo Projeto de Lei Complementar N° 007/2025, de 10 de Junho de 2025, será mitigado por uma economia mensal de R\$ 73.966,67 (setenta e três mil novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) decorrente da extinção de 19 cargos de confiança, conforme proposto no







Projeto de Lei Complementar N° 007/2025, de 10 de Junho de 2025, resultando em um aumento bruto mensal de R\$ 15.166,67 (quinze mil cento sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

Do ponto de vista contábil e financeiro, a compensação entre o aumento de despesas com a reforma administrativa e a redução das despesas com cargos comissionados evidencia um esforço de racionalização dos gastos públicos, com o objetivo de manter a sustentabilidade fiscal do município.

Adicionalmente, o impacto orçamentário foi analisado em consonância com a evolução das receitas correntes do município, de modo a garantir que os gastos com pessoal não ultrapassem os limites estabelecidos pela LRF, que são baseados na relação entre a receita corrente líquida (RCL) e as despesas com pessoal.

A medida proposta assegura, assim, que a despesa com pessoal se mantenha dentro dos parâmetros legais, anulando o cometimento de irregularidades sob a seara analisada, ao mesmo passo que preserva sua capacidade de investimentos e manutenção dos serviços públicos essenciais.

A reestruturação administrativa, que combina a valorização de cargos estratégicos, com a possibilidade de obtenção de profissionais mais qualificados para a gestão das secretarias, com a eliminação de funções comissionadas obsoletas, contribui para o fortalecimento da gestão pública e para a melhoria da eficiência operacional, alinhando aos objetivos de boa governança à sustentabilidade fiscal de longo prazo.

Este Relatório de Impacto Financeiro, portanto, cumpre as exigências da LRF, assegurando que o Projeto de Lei proposto não comprometa a saúde fiscal do município, e contribui para a transparência na gestão dos recursos públicos, refletindo o compromisso da administração municipal com a responsabilidade fiscal e a eficiência econômica.

#### ESTIMATIVA DE GASTOS

A criação das despesas propostas no Projeto de Lei Complementar N° 007/2025, de 10 de Junho de 2025, encontram-se discriminadas nas planilhas abaixo.

Conforme se percebe, com a implementação das alterações propostas, o valor total mensal de gastos com pessoal passará de R\$ 73.966,67 (setenta e três mil novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) para R\$ 89.133,33 (oitenta e nove mil cento e trinta e três reais e trinta e três centavos), gerando um incremento de despesa estimado em de R\$ 15.166,67 (quinze mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) mensais.

As informações utilizadas para a elaboração deste parecer foram fornecidas pela Procuradoria – Geral do







Município de Quixeramobim, órgão que confeccionou o PL proposto.

### **CAPACIDADE DE PAGAMENTO – CAPAG**

A Classificação de Capacidade de Pagamento é calculada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, seguindo metodologia estabelecida na Portaria do Ministério da Fazenda MF Nº 1.583, de 13 de dezembro de 2023, com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros:

- **ENDIVIDAMENTO.** Dívida Consolidada Bruta/Receita Corrente Líquida referente ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro. (Correspondente ao montante total apurado das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios, em relação ao total da Receita Corrente Líquida).
- **POUPANÇA CORRENTE.** Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada, utilizando os dados dos Balanços Orçamentários dos três últimos exercícios. (Corresponde à relação entre despesas correntes e receitas correntes ajustadas, apuradas pela média ponderada dos três exercícios anteriores, sendo, peso de 50% para o exercício imediatamente anterior e 30% e 20% para os outros dois exercícios. O ajuste é feito por meio da exclusão da receita utilizada na formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Trata-se de um indicador de poupança, pois, não inclui as despesas e as receitas de capital. Quanto menor o indicador, melhor, pois maior a capacidade da receita corrente de financiar investimentos e/ou amortizar a dívida, além da própria despesa corrente, inclusive juros).
- **LIQUIDEZ.** Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta referente ao 3º quadrimestre do último exercício financeiro (ano). (Consiste na relação entre obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta do exercício anterior, considerando-se apenas as fontes de recursos não vinculadas. O indicador apura a existência de recursos prontamente utilizáveis e não vinculados a determinados destinos para fazer frente às obrigações financeiras de curto prazo).
- **RANKING DA QUALIDADE FISCAL.** serão atribuídas nota A+ ou B+ aos entes federativos que obtiverem nota “A” ou “B” na CAPAG e alcançarem a nota “Aicf” no Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no SICONFI. Este ranking adota metodologia de ranqueamento baseado no percentual de consistência das informações contábeis dos entes federativos constantes nos demonstrativos publicados pelos





entes no SICONFI. A nota AICF é atribuída a estados e municípios que apresentam desempenho igual ou superior a 95% no Ranking. Para o cálculo do Ranking, usa-se metodologia de ranqueamento simplificada, baseada no percentual de acertos dos entes federativos nas verificações empreendidas. Quanto maior o percentual de acertos, melhor a classificação do ente federativo no Ranking

A classificação realizada pela Prévía Fiscal, calculada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que apresenta uma simulação da situação fiscal do Município de Quixeramobim em função dos seus dados e índices fiscais.

No que pertine aos quesitos de Endividamento e Poupança Corrente, é de se esperar que um município que possui grandes desafios para mitigação das necessidades sociais e econômicas, especialmente no atendimento à população de baixa renda, vulnerável social e economicamente, bem como com grandes necessidades de provimentos do aprimoramento estrutural necessite aplicar a quase totalidade dos seus recursos no uso dessas demandas urgente, comprometendo sua capacidade de formação de caixa.

Da análise da CAPAG predefinida e mensurada pelos órgãos nacionais de controle do tesouro, percebe-se que o Município de Quixeramobim apresenta bons índices de Endividamento e no Ranking da qualidade fiscal, bem como no Ranking da Qualidade Fiscal.

### CAPAG - Capacidade de Pagamento

✓	Divida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicator I - Endividamento	A (22,51%)
↓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicator E - Poupança Corrente	C (86,32%)
↓ (Disponibilidade de caixa bruta + insuficiência de caixa - Doações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)	
Indicator II - Liquidez Relativa	C (-8,44%)
✓	Ranking da qualidade fiscal
Ranking da qualidade fiscal	B2C

FONTE: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>







Para fins de avaliação das informações, foram consultados o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO relativo ao 1º BIMESTRE/2025 e Relatório de Gestão Fiscal – RGF referente ao 1º QUADRIMESTRE/2025, que aponta o percentual de gasto com pessoal no patamar mencionado.

#### ASPECTOS RELEVANTES

Outros aspectos poderão ser levados em consideração para avaliação de viabilidade da medida proposta par além dos financeiros, contábeis e orçamentários. São eles:

1. **VALORIZAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS:** A reestruturação reconhece a complexidade e a relevância das funções desempenhadas por cargos comissionados e de confiança. Essa valorização contribui para atrair e reter profissionais altamente qualificados, comprometidos com a excelência na gestão pública.
2. **ADEQUAÇÃO ÀS REALIDADES ECONÔMICAS E REGIONAIS:** A medida alinha a remuneração dos agentes públicos ao patamar remuneratório regional e às demandas crescentes de uma administração pública qualificada, sem perder de vista realidade econômica do município, promovendo maior competitividade e eficiência no desempenho das funções de liderança.
3. **APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA:** A reestruturação administrativa, combinando os ajustes de salários e a extinção de cargos momentaneamente vacantes moderniza a administração pública municipal, tornando-a mais enxuta, eficiente e focada no atendimento das demandas da sociedade.
4. **CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:** O ajuste proposto respeita os princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade, bem como as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, garantindo que as medidas sejam sustentáveis e legalmente amparadas.

#### MODERNIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO:

##### AVALIAÇÃO DE REESTRUTURAÇÕES SALARIAIS E REDUÇÃO DE CARGOS

O relatório *"Public Sector Compensation and Economic Performance"* (2011), da OCDE, discute como a revisão das compensações no setor público, com o aumento de salários para cargos estratégicos, pode contribuir para a modernização e a eficiência da administração pública.

A OCDE sugere que a redução de cargos e o aumento de salários para gestores chaves podem ser uma maneira eficaz de melhorar a qualidade do serviço público, especialmente em sistemas com altas demandas de habilidades técnicas e gerenciais.







A Comissão Europeia, em diversos relatórios, observa que governos que investem em gestores públicos altamente qualificados, com salários mais altos e menos cargos administrativos, têm melhores desempenhos em termos de serviços públicos.

O estudo *"Public Administration Reform in Europe"* (2016) discute como países da UE têm adotado a redução de cargos com a contrapartida do aumento de salários para os gestores, para garantir que a administração pública se mantenha eficiente e atrativa.

O Banco Mundial, em vários relatórios sobre governança e administração pública, aponta que a redução de cargos e a reestruturação das administrações públicas devem ser acompanhadas de uma revisão salarial. O estudo *"World Development Report 1997: The State in a Changing World"* discute como reformas no setor público envolvendo a redução de burocracia e o aumento de salários de altos gestores podem contribuir para uma gestão pública mais eficaz e profissionalizada.

Já o relatório *"Governance and Public Sector Reform in Developing Countries"* (2008) do Banco Mundial argumenta que, em muitos países em desenvolvimento, a redução de cargos administrativos e o aumento de salários de gestores públicos são uma condição importante para melhorar a eficiência e atrair profissionais qualificados. Ele sugere que a gestão pública precisa de uma estrutura mais enxuta, com menos burocracia e maior autonomia para os líderes, o que exige incentivos financeiros adequados.

No mesmo sentido a publicação *"The New Public Management"* (1991), de Christopher Hood, discute como o conceito de gestão pública inspirada no setor privado levou a aumentos salariais para altos gestores e à redução de cargos para aumentar a eficiência do serviço público.

Do que se percebe, o resultado proposto pelas leis em comento está em consonância com o contemporâneo entendimento de aperfeiçoamento da governança e eficiência na gestão pública.

## CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, a análise técnico-financeira decorrente do impacto do Projeto de Lei averiguado revela uma estratégia de balanceamento orçamentário, com medidas compensatórias que promovem a sustentabilidade fiscal sem comprometer a eficiência administrativa unido ao aprimoramento e modernização da estrutura administrativa do órgão, garantindo maior eficiência na gestão pública e, ao mesmo passo, respeito às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).







O impacto financeiro da proposta foi rigorosamente analisado, demonstrando que o valor da despesa mensal criada, de R\$ 89.133,33 (oitenta e nove mil cento e trinta e três reais e trinta e três centavos) em despesas com pessoal será parcialmente compensado pela economia de R\$ 73.966,67 (setenta e três mil novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) gerada com a extinção de 19 cargos comissionados, resulta em um incremento mensal de R\$ 15.166,67 (quinze mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

A projeção financeira anual dos cargos criados, acrescida dos consectários de 13º Salário e Férias, soma a quantia de R\$ 509.333,33 (quinhentos e nove mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), conforme denota a Tabela (Anexo VI).

Noutro espeque, a extinção dos 19 cargos promove a supressão de R\$ 422.666,67 (quatrocentos e vinte e dois mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), reflexo da remuneração acrescida dos acréscimos legais (13º Salário e Férias), conforme denota a Tabela (Anexo VII).

Razão disso, o incremento real proposto, ou seja, o impacto geral anual do Projeto de Lei que se busca aprovação, é de R\$ 86.666,66 (oitenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), conforme demonstrado na tabela constante em anexo (Anexo VIII).

Para fins de conformidade com o art. 16, I da LRF, o impacto esperado no prazo legal (ano de vigência e próximos 2 anos subsequentes), é de R\$ 1.273.333,33 (um milhão duzentos e setenta e três reais e trinta e três centavos) conforme Tabela anexa (Anexo IX)

Esse valor adicional, aplicado ao total atual de gastos com pessoa, frente à receita corrente líquida (RCL) do município não impacta negativamente os limites legais, ou seja, não tem a capacidade de aumentar os gastos para além dos legalmente impostos, permanecendo dentro do teto de despesas dessa natureza definido pela LRF, assegurando que os gastos com pessoal permaneçam em conformidade com a legislação vigente.

Ademais, o projeto está em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e moralidade previstos no artigo 37 da Constituição Federal, que regem a administração pública e orientam a adoção de medidas para aprimorar a gestão dos recursos humanos e financeiros do município, visando não apenas ajustar a despesa pública, mas também aprimorar a eficiência da gestão, valorizando cargos estratégicos e possibilitando a contratação de profissionais mais qualificados, refletindo o compromisso eficiência, eficácia e a sustentabilidade econômica de longo prazo.





Quixeramobim (CE), 10 de junho de 2025.

Assinado de forma  
digital por RANNIERI  
RIOS  
VELOSO:63215543320

**RANNIERI RIOS VELOSO**  
*Secretário Municipal de Administração*







**ANEXO I**

**CRIAÇÃO DOS CARGOS (QUADRO RESUMO)**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
CARGOS COMISSIONADOS	17	R\$ 89.133,33
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>R\$ 89.133,33</b>

Assinado de forma  
digital por RANNIERI  
RIOS  
VELOSO:63215543320

**RANNIERI RIOS VELOSO**

*Secretário de Administração de Quixeramobim*





ANEXO II

EXTINÇÃO DOS CARGOS (QUADRO RESUMO)

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
CARGOS COMISSIONADOS	19	R\$ 73.966,67
VALOR TOTAL	19	R\$ 73.966,67

  
Assinado de forma  
digital por RANNIERI  
RIOS  
VELOSO:63215543320

**RANNIERI RIOS VELOSO**  
Secretário de Administração de Quixeramobim





ANEXO III

DEMONSTRATIVO - RESUMO DO IMPACTO MENSAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
TOTAL PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO	17	R\$ 89.133,33
VALOR DA ATUAL ESTRUTURA	19	R\$ 73.966,67
DIFERENÇA	10	+ R\$ 15.166,67

Assinado de forma  
digital por RANNIERI  
RIOS  
VELOSO:63215543320

**RANNIERI RIOS VELOSO**  
*Secretário de Administração de Quixeramobim*



GOVERNO MUNICIPAL DE

**QUIXERAMOBIM****SEAD**Secretaria de  
Administração

## ANEXO IV

## DEMONSTRATIVO DETALHADO MENSAL DOS CARGOS A SEREM EXTINTOS

NOMENCLATURA DO CARGO	SÍMBOLO	QUANT	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO	REMUNERAÇÃO TOTAL	13º SALÁRIO	1/3 FÉRIAS
PRESIDENTE	*	1	*	*	*	*	*
Membros da JARI	DAS-9	3	R\$ 275,00	R\$ 825,00	R\$ 3.300,00	R\$ 3.300,00	R\$ 1.100,00
Procurador	DAS-1	1	R\$ 775,00	R\$ 1.775,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 833,33
Diretor Administrativo e Financeiro	DAS-3	1	R\$ 600,00	R\$ 1.400,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 666,67
Diretor de Operação e Fiscalização	DAS-3	1	R\$ 600,00	R\$ 1.400,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 666,67
Gerente Operacional de Trânsito	DAS-4	1	R\$ 500,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 600,00
Chefe da Seção de Veículos Apreendidos	DAS-7	1	R\$ 375,00	R\$ 1.025,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 466,67
Chefe da Seção de Educação do Trânsito	DAS-7	1	R\$ 375,00	R\$ 1.025,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 466,67
Chefe da Seção de Engenharia e Segurança	DAS-7	1	R\$ 375,00	R\$ 1.025,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 466,67
Chefe da Seção de Materiais e Sinalização	DAS-7	1	R\$ 375,00	R\$ 1.025,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 466,67
Chefe de Seção de Análises de Imagem	DAS-7	1	R\$ 375,00	R\$ 1.025,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 466,67
Gerente do Terminal de Passageiros	DAS-4	1	R\$ 500,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 600,00
Supervisor IV - Operacional de Terminal	DAS-8	1	R\$ 325,00	R\$ 975,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00	R\$ 433,33
Agente de Planejamento		1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 833,33
TOTAL GERAL							

Rua Dr. Alvaro Fernandes, 316/42, Centro, Quixeramobim/CE, CEP 63800-000

CNPJ/NIF 07.744.303/0001-68 | site: www.quixeramobim.ce.gov.br | e-mail: sead@quixeramobim.ce.gov.br





GOVERNO MUNICIPAL DE  
**QUIXERAMOBIM**

**SEAD** Sistema Estadual de Administração

Gestor de Contratos		1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 833,33	
Fiscal de Contratos		2	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 1.666,67	
<b>TOTAL</b>		<b>19</b>			<b>R\$ 31.700,00</b>	<b>R\$ 31.700,00</b>	<b>R\$ 31.700,00</b>	<b>R\$ 10.566,67</b>	<b>R\$ 73.966,67</b>

Assinado de forma  
digital por RANNIERI  
RIOS  
VELOSO:63215543320

**RANNIERI RIOS VELOSO**

*Secretário de Administração de Quixeramobim*

Rua Dr. Alvaro Fernandes, 36/42, Centro, Quixeramobim/CE, CEP 63800-000

CNPJ/MF: 07.744.303/0001-68 | site: [www.quixeramobim.ce.gov.br](http://www.quixeramobim.ce.gov.br) | e-mail: [sead@quixeramobim.ce.gov.br](mailto:sead@quixeramobim.ce.gov.br)





**ANEXO V**

**DEMONSTRATIVO DETALHADO MENSAL DOS CARGOS CRIADOS**

NOMENCLATURA DO CARGO	SÍMBOLO	QUANT.	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO	REMUNERAÇÃO TOTAL	13º SALÁRIO	1/3 FÉRIAS	TOTAL GERAL
PRESIDENTE	*	1	*	*	*			
Membros da JARI	DAS-3	3	R\$ 200,00	R\$ 1.800,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 2.000,00	
Procurador	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 833,33	
Ouvidor	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 833,33	
Diretor Administrativo e Financeiro	DAS-1	1	R\$ 350,00	R\$ 3.150,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 1.166,67	
Agente de Operação de Sistema de Trânsito	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 833,33	
Agente de Planejamento	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 833,33	
Diretor de Contratação	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 833,33	
Diretor de Fiscalização Contratual	DAS-2	2	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 1.666,67	
Gerente do Terminal de Passageiros	DAS-4	1	R\$ 180,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 600,00	
Diretor de Operação e Fiscalização	DAS-1	1	R\$ 350,00	R\$ 3.150,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 1.166,67	
Gerente Operacional de Trânsito	DAS-2	1	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 833,33	





GOVERNO MUNICIPAL DE  
**QUIXERAMOBIM**

**SEAD** Sistema de Administração

Chefe da Seção de Veículos	DAS-4	1	R\$ 180,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 600,00	
Apreendidos								
Supervisor V - Operacional de Sistema de Trânsito	DAS-5	1	R\$ 160,00	R\$ 1.440,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00	R\$ 533,33	
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>			<b>R\$ 38.200,00</b>	<b>R\$ 38.200,00</b>	<b>R\$ 12.733,33</b>	<b>R\$ 89.133,33</b>

Assinado de forma

digital por RANNIERI

RIOS

VELOS@63215543320

**RANNIERI RIOS VELOSO**

*Secretário de Administração de Quixeramobim*



ANEXO VI

DEMONSTRATIVO DETALHADO DO IMPACTO ANUAL DA CRIAÇÃO DOS CARGOS

REMUNERAÇÃO ANUAL BRUTA	TOTAL
R\$ 38.200,00 X 12 MESES	R\$ 458.400,00
<b>ADICIONAIS LEGAIS</b>	<b>TOTAL</b>
13º SALÁRIO	R\$ 38.200,00
1/3 FÉRIAS	R\$ 12.733,33
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 509.333,33</b>

Assinado de forma  
digital por RANNIERI  
RIOS  
VELOSO:63215543320

**RANNIERI RIOS VELOSO**

Secretário de Administração de Quixeramobim





**ANEXO VII**

**DEMONSTRATIVO DETALHADO DO IMPACTO ANUAL DA EXTINÇÃO DOS CARGOS**

REMUNERAÇÃO ANUAL BRUTA	TOTAL
R\$ 31.700,00 X 12 MESES	R\$ 380.400,00
<b>ADICIONAIS LEGAIS</b>	<b>TOTAL</b>
13º SALÁRIO	R\$ 31.700,00
1/3 FÉRIAS	R\$ 10.566,67
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 422.666,67</b>

Assinado de forma  
digital por RANNIERI  
RIOS  
VELOSO:63215543320

**RANNIERI RIOS VELOSO**  
*Secretário de Administração de Quixeramobim*



ANEXO VIII

DEMONSTRATIVO DETALHADO DO IMPACTO ANUAL

DESCRIÇÃO	ESTRUTURA ATUAL	ESTRUTURA PROPOSTA	VARIAÇÃO (R\$)	VARIAÇÃO (%)
Remuneração Anual Total	R\$ 380.400,00	R\$ 458.400,00	R\$ 78.000,00	20,50%
13º Salário	R\$ 31.700,00	R\$ 38.200,00	R\$ 6.500,00	20,50%
1/3 Férias	R\$ 10.566,67	R\$ 12.733,33	R\$ 2.166,66	20,50%
Impacto Anual Total	R\$ 422.666,67	R\$ 509.333,33	R\$ 86.666,66	20,50%

Assinado de forma  
digital por RANNIERI  
RIOS  
VELOSO:63215543320

**RANNIERI RIOS VELOSO**  
*Secretário de Administração de Quixeramobim*





ANEXO IX

DEMONSTRATIVO DETALHADO DO IMPACTO LEGAL – ART. 16, INCISO I, LRF

Cálculo Total dos últimos (06) seis meses		
Descrição	Valor (R\$)	
Remuneração Total Semestral (JUL-DEZ)	R\$ 229.200,00	
13º Salário Proporcional (6/12)	R\$ 19.100,00	
1/3 Férias Proporcional (6/12)	R\$ 6.366,66	
<b>TOTAL GERAL SEMESTRAL</b>	<b>R\$ 254.666,67</b>	

Ano	Remuneração Anual	13º Salário	1/3 Férias	Impacto Total Anual
2026	R\$ 458.400,00	R\$ 38.200,00	R\$ 12.733,33	R\$ 509.333,33
2027	R\$ 458.400,00	R\$ 38.200,00	R\$ 12.733,33	R\$ 509.333,33
<b>TOTAL 2 ANOS</b>				<b>R\$ 1.018.666,66</b>

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 1.273.333,33</b>
--------------------	-------------------------

  
Assinado de forma  
digital por RANNIERI  
RIOS  
VELOSO:63215543320

**RANNIERI RIOS VELOSO**  
*Secretário de Administração de Quixeramobim*

